

## Artigo

### **As vivências das sexualidades nas adolescências: o dito, o não dito e o ocultado**

**The experiences of sexuality in adolescence: what is said, what is unsaid and what is hidden**

**Las vivencias de las sexualidades en la adolescencia: lo dicho, lo no dicho y lo oculto**

**Katiele Hundertmarck<sup>1</sup>**

Instituto Federal Farroupilha *Campus* Júlio de Castilhos (IFFar), Júlio de Castilhos-RS, Brasil.

#### **Resumo**

Objetivou-se analisar o vídeo da campanha educativa do Ministério da Saúde e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, denominado “Adolescência primeiro, gravidez depois”, lançado em fevereiro de 2020, na perspectiva de problematizar sobre as questões que visam a educar para as vivências das sexualidades de adolescentes e contribuir para a discussão do tema na área da educação. Para isso, realizou-se uma pesquisa documental qualitativa com análise do vídeo a partir de referenciais teóricos dos Estudos Culturais em Educação e de Educação para a Sexualidade. Considera-se que a estratégia educativa, por meio do vídeo em questão, é centrada na prevenção de gestação, na perspectiva de intimidar sobre os perigos da gravidez nas adolescências, sob o prisma da sexualidade como meramente reprodutiva cis-heteronormativa. No vídeo, no entanto, não há explicações sobre como prevenir a gravidez. A orientação educativa é de que adolescentes devem conversar com seus pais e procurar uma unidade de saúde para mais informações. Assim, considera-se que o artefato em análise se utiliza de uma abordagem moral tradicionalista, que censura o acesso a informações confiáveis sobre sexualidades. Por conta disso, salienta-se que campanhas educativas em sexualidades para adolescentes devem ser assertivas, com base em evidências científicas e capazes de abranger também outras dimensões da vida, como afetos, relacionamentos, prazeres, respeito, problematizações de autogestão de risco, por exemplo, sendo, de fato, educação para as múltiplas possibilidades de viver as sexualidades.

#### **Abstract**

The objective was to analyze the video of the educational campaign of the Ministry of Health and the Ministry of Women, Family and Human Rights, called "Adolescence first, pregnancy later", released in February 2020, in order to problematize the issues that aim to educate for the experiences of adolescent sexuality and contribute to the discussion of the topic in the field of education. For this, a qualitative documentary research was conducted with analysis of the video based on theoretical references of Cultural Studies in Education and Education for Sexuality. It is considered that the educational strategy, through the video in question, is focused on the prevention of pregnancy, from the perspective of intimidating about the dangers of pregnancy in adolescents, under the

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Especialista em Educação para a Sexualidade (FURG). Enfermeira Escolar no Instituto Federal Farroupilha *Campus* Júlio de Castilhos (IFFar). ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-8497-080X>. E-mail: [katielehun@gmail.com](mailto:katielehun@gmail.com)



prism of sexuality as merely cis-hetero-normative reproductive. In the video, however, there is no explanation of how to prevent pregnancy. The educational orientation is that adolescents should talk to their parents and seek a health unit for more information. Thus, it is considered that the artifact under analysis uses a traditionalist moral approach, which censors access to reliable information on sexualities. Because of this, it is emphasized that educational campaigns on sexualities for adolescents should be assertive, based on scientific evidence and capable of also covering other dimensions of life, such as affections, relationships, pleasures, respect, and problematizations of risk self-management, for example, being, in fact, education for the multiple possibilities of living sexualities.

### Resumen

El objetivo fue analizar el video de la campaña educativa del Ministerio de Salud y del Ministerio de la Mujer, la Familia y los Derechos Humanos, denominada “Adolescencia primero, embarazo después”, difundida en febrero de 2020, buscando problematizar los temas que pretenden a educar para las vivencias de las sexualidades adolescentes y contribuir a la discusión del tema en el área de la educación. Para ello, se realizó una investigación documental cualitativa con análisis de video a partir de referentes teóricos de los Estudios Culturales en Educación y Educación para la Sexualidad. Se considera que la estrategia educativa, a través del video en mención, se centra en la prevención del embarazo, con la perspectiva de intimidar sobre los peligros del embarazo en la adolescencia, bajo el prisma de la sexualidad como meramente reproductiva cisheteronormativa. En el video, sin embargo, no hay ninguna explicación sobre cómo prevenir el embarazo. La directriz educativa es que los adolescentes deben hablar con sus padres y buscar una unidad de salud para más información. Así, se considera que el artefacto bajo análisis utiliza un enfoque moral tradicionalista, que censura el acceso a información fidedigna sobre las sexualidades. Por ello, se enfatiza que las campañas educativas sobre sexualidades para adolescentes deben ser asertivas, basadas en evidencias científicas y capaces de abarcar también otras dimensiones de la vida, como los afectos, las relaciones, los placeres, el respeto, la problematización de la autogestión del riesgo, por ejemplo., siendo, de hecho, educación para las múltiples posibilidades de vivir las sexualidades.

**Palavras-chave:** Cultura, Educação, Adolescência, Sexualidade.

**Keywords:** Culture, Education, Adolescence, Sexuality.

**Palabras clave:** Cultura, Educación, Adolescencia, Sexualidad.

### Introdução

Durante a vivência da adolescência<sup>2</sup>, tem-se interesse mais acentuado pelas questões que envolvem as sexualidades (Soares; Ribeiro, 2019). Contudo, o processo de construção das identidades sexuais inicia-se antes desse período. Desde a gestação, os sujeitos estão imersos em uma rede de discursos que

---

<sup>2</sup> Faz-se referência ao uso do conceito de “adolescência” e/ou “adolescências” ao longo do texto em decorrência de ser o termo utilizado pelo Ministério da Saúde e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no vídeo em análise, bem como nos manuais técnicos e demais publicações relacionadas à saúde (Brasil, 2020). Além disso, é possível tecer uma crítica a esse conceito em contraposição ao de juventudes, haja visto que o primeiro tem sido mais utilizado nas áreas da saúde, de modo geral, para designar etapas de crescimento e desenvolvimento humanos e as juventudes têm sido um termo para se pensar nas pessoas em suas relações (Oliveira; Lacerda, 2023).

projetam, a partir do sexo, do gênero, do corpo e da sexualidade, condutas consideradas adequadas para a vivência das sexualidades. Assim, as pessoas são conduzidas, desde sempre e por várias instâncias, a performar de acordo com a expectativa para o gênero e assim, reiteradamente, durante toda a vida (Butler, 2021).

Nessa perspectiva, considera-se que há vários e contínuos processos educativos para a construção das sexualidades, em sua maioria, comprometidos com a (re)produção do modelo hegemônico cisgênero, heterossexual e reprodutivo (Louro, 2019), marginalizando, silenciando e desprezando outras identidades que não se enquadram nesse modelo (Butler, 2019).

Para a construção das sexualidades, as diversas instâncias, discursos e instituições têm influência. São exemplos os artefatos da cultura, como cinema, televisão, redes sociais, e outros espaços educativos, como a escola, os serviços de saúde, as igrejas, entre tantos outros (Amaral; Caseira; Magalhães, 2017). Cada um com seu discurso de saber e de poder (Foucault, 2020) vai fabricando as subjetividades nas adolescências com base na manutenção do “regime de verdade” (Hall, 2016, p. 89), o qual vai compartilhando modos de ser e de estar em sociedade (Amaral; Caseira; Magalhães, 2017).

Compreender como um desses artefatos culturais, em específico, pode construir esses modos, valores e crenças sobre as sexualidades, subjetivando adolescentes acerca de como viver as suas sexualidades, é interessante porque permite questionar qual o tipo de educação está sendo direcionada a esse público e com quais intencionalidades, assim, entre os ditos e os não ditos, além do que admite pensar sobre outras estratégias educativas que possam ser mais coerentes para as adolescências.

Para problematizar sobre essa fabricação das sexualidades nas adolescências a partir de um dispositivo educativo, o objetivo deste artigo é analisar o vídeo da campanha do Ministério da Saúde e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, denominado “Adolescência primeiro, gravidez depois”, lançado em fevereiro de 2020 (Brasil, 2020). O referido vídeo foi selecionado porque compõe os materiais educativos da única campanha do governo federal voltada a um dos aspectos das sexualidades nas adolescências nos últimos três anos (2018-2021). Além disso, está disponível nas redes sociais desses ministérios e em uma nota no *site* oficial do Ministério da Educação. Logo, trata-se de uma estratégia educativa pontual, dedicada à prevenção da gravidez nas adolescências.

Sabe-se que a gravidez nas adolescências é um desafio porque não é o período mais adequado de paternidade e maternidade. Isso porque o corpo humano não se encontra em pleno desenvolvimento para uma gestação nessa fase, assim como os demais recursos necessários para a criação de um(a) bebê, como as disponibilidades afetiva, emocional, econômica, material e social, que podem ser ausentes e/ou insuficientes em muitos casos (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2019). De fato, a literatura médica científica contraindica a gestação durante a adolescência (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2019). Entretanto, a discussão proposta não é sobre ser a favor ou contra a gravidez nas adolescências e discutir acerca das questões envolvidas com esse fenômeno. A reflexão é sobre o que e como se está educando para as vivências das sexualidades nas adolescências.

Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa documental qualitativa (Lüdke; André, 2020) com referencial teórico dos Estudos Culturais em

Educação e de Educação para a Sexualidade. A partir dessa análise, propõe-se a pensar sobre a educação para as sexualidades na escola.

Inicialmente, apresenta-se sobre o que são sexualidades, sobre conceito e estratégias de educação para as sexualidades, distanciando-a de outras duas perspectivas usuais na escola, a educação sexual e a orientação sexual. Na sequência, discute-se sobre os Estudos Culturais e a relação com o campo da educação a fim de progredir para a análise do artefato cultural e as discussões de como promover a educação para as vivências das sexualidades nas adolescências. Por fim, apresenta-se, brevemente, acerca de estratégias para a educação para as sexualidades na escola sob tendências com vistas às diferenças, a abordagem *queer*.

## 2. Aportes teóricos

### 2.1 As sexualidades e a educação para as sexualidades: pensando sobre conceitos e estratégias educativas

As vivências das sexualidades não são algo natural, dado ao nascimento, pronto e estável, como poder-se-ia imaginar, *a priori*, sendo um artefato da natureza. A sexualidade é um dispositivo histórico, produto de uma invenção social, que constitui os sujeitos, dizendo como ser e estar em sociedade (Foucault, 2020). Assim, não existe uma identidade de gênero e/ou sexual “natural”, “universal” e “normal”. Todas as identidades são construídas nos tecidos social, cultural, político e histórico e permeadas pelas teias discursivas de diferentes saberes, como os discursos médicos, jurídicos, religiosos, escolares, midiáticos, morais, entre outros. Esses discursos e suas instituições hegemônicas regulam e controlam as sexualidades ao longo dos tempos. Isso tem produzido os sujeitos a partir de normas e padrões cis-heteronormativos no regime de “verdade” vigente (Foucault, 2020).

Nesse processo de constituição das subjetividades, os discursos de saber-poder vão ordenando, classificando e hierarquizando algumas identidades em detrimento de outras. As desigualdades produzidas por essa hierarquia rotulam e violentam as pessoas que escapam às tais normas na tentativa de manutenção desse sistema cisgênero e heteronormativo (Butler, 2019). Para Louro (2019, p. 31), “a produção dos sujeitos é um processo plural e também permanente” em que os sujeitos são “participantes ativos na construção de suas identidades”. Por isso:

Se múltiplas instâncias sociais, entre elas a escola, exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero e colocam em ação várias tecnologias de governo, esses processos prosseguem e se completam através de tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos (Louro, 2019, p. 31).

Logo, há investimentos contínuos e produtivos dos próprios sujeitos e seus modos de ser a partir da captação das representações das diversas instâncias, como das mídias, por exemplo. Nesse sentido, os sujeitos vão aprendendo a viver as suas sexualidades com base nos modelos que os cercam, das possibilidades que lhe são apresentadas e no tempo presente, pela massiva intenção cis-heteronormativa das relações de saber-poder (Foucault, 2020). Para serem consideradas humanas e desfrutarem dos direitos sociais, muitas pessoas reproduzem os padrões de corpos, gêneros e sexualidades que

centralizam as identidades hegemônicas (Butler, 2019). Para isso, Butler (2021) pensou nos sujeitos em suas identidades generificadas e sexuadas performativas, isto é, a capacidade de performatividade a partir dos modelos de ser e estar. Aliado a isso, o pensamento transfeminista de Nascimento (2021, p. 105), em que não há um gênero natural, porque “somos todos e todas cópias”, sendo, desse modo, que as pessoas vão reproduzindo modos de viver a partir dessas possibilidades de existências.

Para Figueiró (2018, p. 69),

A sexualidade é elemento integrante da nossa identidade e envolve o amor, o prazer, o toque, o sexo, a afetividade, o carinho, os gestos, a comunicação, as relações de gênero, o respeito, a alegria de viver e o conjunto das normas culturais relacionadas à prática sexual. Sexualidade abarca, ainda, o gênero, a identidade sexual, a orientação sexual e a identidade de gênero. O sexo, por sua vez, diz respeito ao ato sexual em si.

Nessa perspectiva, observa-se que as vivências para as sexualidades envolvem uma série de problematizações que vão além da discussão do ato sexual enquanto única possibilidade de exercício da sexualidade. Assim, viver as sexualidades também é praticar atos sexuais, assim como também é pensar sobre os relacionamentos, por exemplo. Não se pode negar as questões biológicas envolvidas, mas é preciso agregar os aspectos sociais, culturais, históricos, políticos, entre outros que repercutem na vida sexual de todas as pessoas. Sobre isso, considera-se a concepção de Louro (2019, p. 11), em que a sexualidade “[...] não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política [...] é “aprendida”, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos por todos os sujeitos.

Construída pelos diversos discursos, ainda que sutilmente, a sexualidade tornou-se uma questão dos diversos campos de saberes, cada qual ditando-lhe normas, padrões, delimitando saberes e práticas consideradas adequadas e inadequadas (Louro, 2019). De modo geral, a sexualidade “[...] vem sendo descrita, compreendida, explicada, regulada, saneada, educada, normatizada, a partir das mais diversas perspectivas” (Louro, 2020a, p. 187). Por isso, encontram-se diferentes vertentes, algumas contraditórias, outras alinhadas, mas o interessante é que todas elas estão educando, seja pelo silenciamento/apagamento de algumas vivências, seja pela pluralidade dessas.

Nesse sentido, apresentam-se alguns conceitos importantes dentro desse campo a fim de provocar a discussão sobre o educar para as vivências das sexualidades. Inicialmente, pensa-se sobre a linha teórica adotada nesta discussão, a Educação para a Sexualidade, e na tentativa de diferenciá-la de outras perspectivas, discorrendo-se sobre algumas breves visões de educação sexual e orientação sexual.

A educação para a sexualidade visa a romper com práticas educativas reguladoras das sexualidades, contemplando os modos de compreensão das sexualidades e os processos que as desenvolvem (Varela; Ribeiro, 2017). Nessa proposta, objetiva-se educar para a problematização das questões de corpos, gêneros e sexualidades que estão na ordem dos discursos vigentes. Ou seja, além de promover uma educação para as diferentes formas de vivências das sexualidades, visa a trazer possibilidades de se discutir sobre práticas e conceitos considerados “naturalizados” na sociedade (Varela; Ribeiro, 2017).

Para Varela e Ribeiro (2017, p. 18),

A 'Educação para a Sexualidade' propõe-se a pensar a sexualidade como uma construção histórica e cultural, pautada em relações de saber-poder, relativizando os discursos dados como verdades absolutas - permitindo, assim, questionarmos os discursos ditos como verdades, problematizando práticas e conhecimentos dados como naturais.

Assim, a educação para a sexualidade, além de promover o acesso às informações de autocuidado, como, por exemplo, métodos contraceptivos, de prevenção às infecções sexualmente transmissíveis, de afetos, de respeito aos corpos, de relacionamentos, de prazeres, de carinhos, de gêneros, amor, entre outros, ocupa-se de fazer pensar sobre esses temas para que as pessoas possam questionar sobre porque as coisas são como elas são. Como exemplo, questionar sobre o porquê de os métodos contraceptivos, em sua maioria, centralizarem-se nas identidades femininas, assim como os discursos médicos proferirem que as adolescentes devem proteger-se da gravidez e pouco, ou quase nunca, questionar a reflexão e adoção de métodos contraceptivos por parte das identidades masculinas. São essas as problematizações propostas pela educação para a sexualidade: questionar todas as "verdades" que envolvem os corpos, os gêneros e as sexualidades.

De acordo com Varela e Ribeiro (2017, p. 20-21),

Pensar na 'Educação para a Sexualidade' enquanto proposta conceitual e pedagógica é uma forma de se apresentar a transitoriedade de nossas identidades, denunciar as violências já tão banalizadas e naturalizadas em nossa sociedade, possibilitar que novas questões sejam acionadas como a vivência dos prazeres e desejos, a curiosidade, fugindo-se de padrões, normas e regras.

Desse modo, também se intenciona, com essa estratégia educativa, despertar questionamentos, pois se provoca para o diálogo, para a crítica, para se pensar sobre outras questões até então pouco ou nunca debatidas. Com isso, essa vertente atenta-se para o respeito às diferenças e para o enfrentamento às violências (Varela; Ribeiro, 2017).

Para Xavier Filha (2017), há diferenças conceituais entre educação para as sexualidades e educação sexual. Segundo a autora, a educação sexual tem-se tornado desgastada

principalmente pelas práticas calcadas prioritariamente no biologicismo, nas informações sobre anticoncepção e doenças sexualmente transmissíveis, especialmente fundamentadas em preceitos essencialistas e universalizantes (Xavier Filha, 2017, p. 20).

Para Furlani (2016), a abordagem de educação, que se debruça tão somente sobre a prevenção de gravidez na adolescência e de infecções sexualmente transmissíveis, é biológico-higienista. Isso porque centra-se no determinismo biológico, marcando as diferenças sexuais com base nas genitálias de homens e mulheres, reduzindo a sexualidade ao medo e à doença com base na prática do ato sexual desprotegido (Furlani, 2016).

Já o termo orientação sexual, também presente em alguns documentos oficiais (Brasil, 1997), confunde-se com o uso para designar relação de desejo, como heterossexual, homossexual, bissexual, assexual, entre outras, sendo desconexo para representar ações educativas, assim como por dar a entender que possa orientar alguém a assumir alguma sexualidade (Xavier Filha, 2017).

Pelas argumentações provocadas acima, compartilham-se os questionamentos de Varela e Ribeiro (2017), de Xavier Filha (2017) e de Felipe (2008) de que mudanças de conceitos, por si só, não são capazes de modificar condutas, então, também é importante que haja esforços para a melhoria da atenção na prática, no fazer educativo para as vivências das sexualidades. Para isso, faz-se necessário o investimento na formação de profissionais voltados(as) para essas emergentes e necessárias demandas.

A propósito, sabe-se que há a previsão de se falar sobre esses temas na escola nos documentos legais, ainda que haja um intenso movimento atual de censura ao acesso às informações. Na Constituição Federal (Brasil, 1988), no artigo 206, nos incisos II: "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;" e III: "pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas [...]", percebe-se que o tema de educação para as sexualidades já tem cabimento no campo do direito à educação. Seguem-se à Carta Magna outros documentos decorrentes, entre eles, os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997) e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), que, mesmo com os atuais retrocessos, ainda permitem brechas para a discussão desses temas em sala de aula.

## **2.2 Pedagogias Culturais na peça comunicacional - os artefatos culturais na constituição das sexualidades nas adolescências**

Os Estudos Culturais são um campo de estudo que se detém em pensar sobre as relações entre a cultura - em suas diversas manifestações - os sujeitos e problemas sociais e políticos. Trata-se de um campo transdisciplinar, interdisciplinar e até contradisciplinar que investiga sobre arte, crenças, linguagens, discursos, representações, costumes, entre outros, para produzir provocações sobre a influência da cultura nos processos de subjetivação (Nelson; Treichler; Grossberg, 2013).

Para Zdradek (2019, p. 28),

A concepção de Estudos Culturais detalhada parte da vertente pós-estruturalista, a qual desconfia de muitos pressupostos da modernidade, tais como a linearidade histórica, a ciência cartesiana e a noção de progresso. Entende-se que não existe um lugar privilegiado e que sirva de modelo para a produção do conhecimento.

Logo, é um campo que permite questionar "verdades", até mesmo aquelas consideradas inquestionáveis. Por esse viés, é uma corrente teórica que possibilita a reflexão da vida cotidiana, de todos os conhecimentos institucionalizados, pensando a rede discursiva que produz as "verdades" nos tempos em que está inserida. Por isso, um dos objetivos desse campo é desconstruir práticas naturalizadas por esses discursos repetidos ao longo da história, demonstrando o quanto há de relação entre a cultura e os modos de ser e estar em sociedade (Zdradek, 2019).

Assim, faz-se importante considerar o que é a cultura na perspectiva desses estudos. Por essa linha, a cultura

[...] é entendida tanto como uma forma de vida - compreendendo ideias, atitudes, linguagens, práticas, instituições e estruturas de poder - quanto toda uma gama de práticas culturais: formas, textos, cânones, arquitetura, mercadorias produzidas em massa, e assim por diante (Nelson; Treichler; Grossberg, 2013, p. 14).

Percebe-se, então, que cultura é tudo aquilo que é, de um modo ou de outro, cultuado pelas pessoas que compartilham a mesma estrutura cultural. Para isso, Hall (2016, p. 20) afirmou que “[...] a cultura depende que seus participantes interpretem o que acontece ao seu redor e ‘deem sentido’ às coisas de forma semelhante”. Essa interpretação é mediada pela linguagem, que traz à representação pela cultura. Tal “[...] representação pela linguagem é, portanto, essencial aos processos pelos quais os significados são produzidos [...]” (Hall, 2016, p. 18).

Os significados para cada pessoa tornam-se representações acerca de uma imagem, de uma cena, de um acontecimento, entre outros, a partir da linguagem cultural e socialmente compartilhada. Ainda que os sujeitos sejam diferentemente interpelados e atribuam significados às imagens, produzem representações sobre o que veem e podem, de modo social, gerar significados para aquilo. Ao passo que as representações estão constituindo os sujeitos, os sujeitos, que são ativos nesse processo, também constituem os significados que geram as representações a partir de como são interpelados pelos artefatos culturais. O papel da representação é, dessa forma, atribuir significados àquilo que se vê, escuta e lê (Hall, 2016).

Na educação, os Estudos Culturais propiciam pesquisas que ressignificam discursos e artefatos antes relacionados somente ao espaço escolar. Assim, os conhecimentos pedagógicos, tradicionalmente desenvolvidos e praticados pelo campo da educação, são colocados sob suspeição, possibilitando questionar

[...] saberes, artefatos, conceitos e práticas educativas que foram naturalizados em função da frequência e não questionamento de sua utilização (Wortmann; Costa; Silveira, 2015, p. 35).

Por isso, os Estudos Culturais em Educação permitem questionar as diversas questões culturais que emergem no cotidiano de estudantes e educadores(as). Desse modo, surgiram as pedagogias culturais, mostrando-se viáveis para “[...] explorar as qualidades pedagógicas da vida social” (Andrade; Costa, 2015, p. 50) que podem estar dentro e fora da escola.

Para exemplificar, de modo geral, as pedagogias culturais estão ensinando por caminhos extraescolares, que (re)produzem modos de ser e estar na sociedade (Amaral; Caseira; Magalhães, 2017), articulando-se com o que são os artefatos culturais.

Artefatos culturais, por conseguinte, são músicas, videoclips, charges, revistas, propagandas, jornais, filmes, programas televisivos e radiofônicos, redes sociais, entre outras produções - as quais, inseridas em determinados contextos culturais, circulam e produzem significados, interpelando os sujeitos que as acessam e possibilitando múltiplas formas de entendimento sobre os modos de viver na contemporaneidade (Amaral; Caseira; Magalhães, 2017, p. 125-126).

Para Amaral, Caseira e Magalhães (2017), os artefatos culturais são constituídos por pedagogias culturais que “[...] produzem sujeitos e interpelam a construção de suas identidades, uma vez que disseminam práticas e discursos que acarretam condutas” (Amaral; Caseira; Magalhães, 2017, p. 122). Assim, tais artefatos, dos quais o vídeo da campanha ministerial analisado é um deles, contêm potencial de educar, intencionalizando subjetivar adolescentes sobre a gravidez nas adolescências e suas sexualidades.

Logo, quando se compreende que esses artefatos culturais

[...] têm uma pedagogia, ensinam e posicionam os sujeitos, estamos compreendendo como a política cultural se manifesta, como os arranjos sociais são produzidos (Andrade, 2016, p. 17).

Com objetivos específicos de atingir o público a quem são endereçados, educando para o atendimento daquilo que divulga e ainda captando transgressores(as) para o enquadramento às normas veiculadas pelos artefatos. Ou seja, são potentes para regular as condutas daqueles(as) que são destinatários das mensagens (Andrade, 2016). Além disso, é necessário pontuar que “uma representação é sempre seletiva em termos do que abordar e de como atribuir significado” (Balieiro; Risk, 2014, p. 169). Assim, tendem a representar o que é aceito pelos grupos hegemônicos, assim como tentam trazer à norma aqueles(as) que estão fora ou pretendem desviá-la.

Dentro do rol dos artefatos culturais estão as peças comunicacionais, compondo campanhas com materiais de divulgação como vídeos. Esses artefatos fazem parte do cotidiano e visam a divulgar mensagens, produtos e serviços. Para o atendimento dos objetivos veiculados, reproduzem valores e comportamentos da sociedade naquele momento histórico e social, reafirmando condutas e esperando mudar aquelas consideradas “transgressoras” (Magnus; Accorsi, 2020).

Assim, as pedagogias culturais presentes nas peças comunicacionais vão produzindo saberes, regulando condutas e reproduzindo identidades e representações (Sabat, 2001). No caso das propagandas para a prevenção de doenças e agravos e/ou promoção de saúde de adolescentes, a ideia é que divulguem informações que possam auxiliar o(a) adolescente na tomada de decisão a respeito do cuidado com a saúde. Isso porque o comportamento sexual desse grupo é uma das “preocupações” da saúde pública, com a justificativa de impactos na saúde e no bem-estar individual e social (Dias, 2005).

Entretanto, entende-se que as sexualidades não estão restritas aos comportamentos sexuais e sim a um conjunto complexo de processos que envolvem a vida, como: cultura, sociedade, corpo, gênero, classe, raça, geração, educação, economia, entre tantos outros, como problematizado na seção inicial. Por conta disso, pensar sobre como as representações de corpos, gêneros e sexualidades estão nesses artefatos permite compreender quais discursos estão autorizados, quais os agentes que “podem/devem” falar sobre esses temas e o quanto e de que forma as linguagens midiáticas vão constituindo as adolescências.

A despeito do sistema cis-heteronormativo e de toda a sua influência sobre as mídias, principalmente as de grande divulgação de informações e entretenimento, torna-se “[...] importante discutir o papel da mídia na veiculação de representações sobre gênero e sexualidade” (Balieiro; Risk, 2014, p. 169). Isso porque,

É possível dizer que, atualmente, a televisão, o cinema e a internet são importantes fontes de significados da cultura que acabam repercutindo na forma como nos vemos e vemos os outros (Balieiro; Risk; 2014, p. 169).

Para a pesquisa em questão, em que se pensa sobre como os artefatos culturais produzem as sexualidades de adolescentes, pode-se considerar que a cultura não seja algo “[...] como um objeto sagrado e venerado a ser protegido e preservado” (Britzman, 2019, p. 135-136). Desse modo, a cultura que (re)produz

padrões hegemônicos de sexualidades heteronormativas e reprodutivas precisa ser contestada pelos diferentes espaços educativos.

Como explicaram as pesquisadoras Silva e Ribeiro (2012), nos Estudos Culturais, a análise do artefato cultural não pretende responder às perguntas de modo definitivo ou ainda trazer respostas universais, mas sim pensar sobre o que está colocado como “verdade”, “natural”, “normal” no tempo em que se estuda e acolhendo, desse modo, a ideia de que os achados produzidos são provisórios, incertos, promovem dúvidas e, por causa disso, convém serem analisados criticamente por todos(as) os(as) consumidores(as) (Beck; Guizzo, 2013).

### 3. Metodologia

Realizou-se uma pesquisa documental qualitativa com o estudo de análise do vídeo da campanha do Ministério da Saúde e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos sobre prevenção de gravidez na adolescência. Seguiram-se as seguintes etapas metodológicas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (Lüdke; André, 2020). Na pré-análise, foi identificada a correspondência dos destaques do vídeo com os objetivos da pesquisa. Na etapa de exploração do material, foi vista, repetidas vezes, a peça comunicacional a fim de verificar os significados emergidos acerca de como está se educando para as vivências das sexualidades. Os significados foram produzidos por meio das representações, as quais geraram sentido à pesquisa (Hall, 2016). Na etapa seguinte, de tratamento dos resultados, os achados foram problematizados a partir de Educação para a Sexualidade.

### 4. Resultados e Discussão

#### 4.1 O que o vídeo diz e o que o vídeo não diz sobre as vivências das sexualidades nas adolescências

O título do vídeo analisado é “Adolescência primeiro, gravidez depois”, seguido de “#TudoTemSeuTempo - Prevenção da gravidez na adolescência” e está disponível no Canal do Ministério da Saúde no *YouTube* no *link*: <https://www.youtube.com/watch?v=z0bnfLO0SRc&t=30s>. A descrição do vídeo é: “Gravidez não combina com adolescência e traz consequências para toda a vida”. Esse vídeo recebeu o mesmo título da campanha do Ministério da Saúde e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos lançada em 2020 (Brasil, 2020). Em 2021, a mesma campanha foi reproduzida nas mídias digitais pelos referidos ministérios.

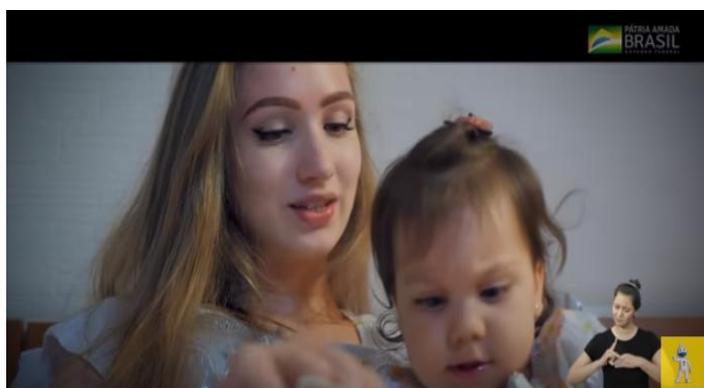
A peça comunicacional tem 30 segundos de duração. Inicia-se com cenas de adolescentes aparentemente felizes, remetendo à ideia de vivência plena da alegria juvenil, fazendo atividades de lazer, esportes, interagindo com amigos(as) e estudando. Essas cenas iniciais representam uma adolescência idealizada, denotando que estão realizando sonhos socialmente esperados como adequados e no tempo oportuno da adolescência. Isso pode ser visto na figura 1, em que adolescentes caminham sorrindo, parecendo compartilhar a amizade.

**Figura 1** - As amigas das adolescências.

Fonte: Brasil (2020).

Ao contrariar as cenas iniciais, a música traz um tom dramático ao vídeo. Emergem, desse modo, significados de que esses momentos felizes, de realização de sonhos, poderão ser interrompidos e/ou simplesmente arruinados pela gestação na adolescência. Isso torna-se visível na sequência de cena com a escrita na tela "gravidez não combina com adolescência", com o aparecimento de um bebê e o início da infelicidade, assim representada, combinada com a frase de que a gravidez na adolescência traz consequências para toda a vida. A seguir, há a fala de ordem/orientação para os(as) adolescentes: "Informe-se, reflita, converse com sua família, planeje o seu futuro e procure orientações em uma unidade de saúde" (Brasil, 2020).

Nessa cena, aparece a imagem de uma menina, seguida depois de um menino embalando um bebê, que, rapidamente, é substituída por uma imagem de uma outra menina com uma criança (Figura 2). Percebe-se, a partir da imagem, que a gravidez na adolescência é um processo solitário, pois não há amigos(as) compartilhando esse momento como nas cenas iniciais.

**Figura 2** - A gestação nas adolescências.

Fonte: Brasil (2020).

Essa análise do vídeo parece utilizar-se do binarismo felicidade *versus* infelicidade para reduzir uma gestação na adolescência a um problema a ser evitado e, como proposto pela peça, amedrontar o(a) adolescente sobre ter uma relação sexual que possa gerar uma gravidez. São utilizadas estratégias de medo para se promover saúde, no caso aqui amaldiçoar, eternamente, com a infelicidade um(a) adolescente que engravida "prematuramente".

Essa ideia binária é retomada com a imagem de uma adolescente sorrindo, sem estar gestante, podendo dar continuidade à sua vida feliz e próspera (Figura 3).

**Figura 3** - A felicidade da adolescente não gestante.



Fonte: Brasil (2020).

A felicidade da não gestação na adolescência e a possibilidade da continuidade de sonhos, planos e conquistas juvenis só parecem ser possíveis, pela peça comunicacional, a partir do momento que esse(a) adolescente compreende o significado de *#TudoTemSeuTempo*, uma *hashtag* utilizada nessa campanha. Logo, insinua sobre o esperar, a abstinência sexual nas adolescências, como um método contraceptivo adequado. Assim, a peça comunicacional diz que a gravidez durante a adolescência é um grave problema que impacta, negativamente, a vida e é impossível ser feliz e realizar sonhos sendo pai/mãe adolescente. Desse modo, sugere que as demandas em sexualidades de adolescentes sejam somente prevenir a gestação, ainda que o vídeo não explique como evitar uma gravidez na adolescência.

Logo, esse artefato cultural contribui na constituição de sexualidades ameaçadas pelo pavor de uma relação sexual que possa originar uma gestação. Além disso, também se vislumbra que ter relações sexuais é para engravidar, assim, sem considerar outras dimensões, os(as) adolescentes podem construir suas vivências sexuais com base na ideia reprodutiva unicamente. Então, outras possibilidades de vivências são silenciadas, como a bissexualidade, a assexualidade, a homossexualidade, assim como a vida sexual não reprodutiva. Nesse sentido, de acordo com Picchetti e Seffner (2017), viver as sexualidades dentro da “norma” garante, ao sujeito, a felicidade, saúde e admiração. Por isso, os sujeitos aderem, inclusive com motivação, a esses padrões cis-heteronormativos.

Ao corroborar isso, é importante questionar que não há, até o momento, outra campanha do governo brasileiro sobre educação voltada à vivência das sexualidades nas adolescências. Assim, a única campanha volta-se para abordar um dos aspectos da sexualidade humana, que é a prevenção da gestação na adolescência. Esse fato traz à tona os discursos de saber-poder que visualizam as sexualidades nas adolescências como riscos à saúde pública, à sociedade, à economia, à cultura, entre outros. Nesse cenário, entende-se que somente há esse aspecto a ser dialogado com adolescentes: prevenir uma gestação prematura. Ou ainda que sua sexualidade é reduzida à reprodução - no caso, prevenir essa prática sexual reprodutiva (Louro, 2019).

Além disso, a campanha permite inferir que insere-se em uma retórica de apagamento da responsabilização paterna pela gravidez na adolescência, pois não engloba as masculinidades, reproduzindo estereótipos de gênero ao associar essa responsabilidade às mulheres. Tal concepção pode reforçar à maternidade compulsória, naturalizada e atrelada ao cuidado como uma perspectiva do campo do feminino. Essas características ficam destacadas quando escolhe-se apresentar o único modelo de gravidez na adolescência com uma imagem de uma menina segurando um bebê (figura 2).

Outro quesito a ser mencionado é a invisibilidade de outros corpos que podem gestar e aqueles que podem contribuir com a concepção, para além do binarismo de mulheres/mães e homens/pais. Desse modo, o vídeo fortalece a ideia de que somente mulheres cisgêneras estão aptas a tornarem-se (ou não) mães nas adolescências. Volta-se à percepção de que a campanha restringe a um modo único de ser (ou não) mãe/mulher.

Pela limitação comunicacional, a peça em análise traz uma abordagem educativa moral-tradicional, que é aplicada para promover a abstinência sexual de adolescentes e tende a restringir o acesso às informações confiáveis por entender que a castidade é o método mais eficiente de prevenção (Furlani, 2016). Para isso, o vídeo não explica como, de fato, prevenir uma gestação. E por conseguinte, não é capaz de abarcar as complexidades das materialidades corporais das pessoas que podem gestar e/ou promover uma gestação, pois não ensina, na prática, a contracepção. Nesta perspectiva, a campanha retoma a ideia de uma sexualidade nas adolescências que deve ser regulada e clandestina por ser ilegítima.

A abordagem supracitada é incoerente com as evidências científicas. Na pesquisa com escolares brasileiros(as), desenvolvidas pelo próprio Ministério da Saúde em parceria com o Ministério da Educação, sobre saúde sexual e reprodutiva, evidenciou-se que 27,0% dos adolescentes de 13 a 15 anos e 54,7% entre a faixa etária de 16 a 17 anos já tiveram relação sexual (Brasil, 2016). Esses dados confirmam o que a prática demonstra: adolescentes podem ter (e têm!) uma vida sexualmente ativa. Para que possam vivenciá-la com prazer, bem-estar e saudavelmente, precisam ter informações confiáveis, que sejam respaldadas por evidências científicas.

À vista disso, diante da peça comunicacional dos ministérios como um artefato dotado de pedagogias culturais a produzir subjetividades adolescentes sobre as sexualidades, faz-se necessário pautar que

Quando mal abordadas, tais iniciativas correm o risco de reforçar uma naturalização da relação sexual com pessoas do sexo oposto, tornando invisíveis outras formas de expressão afetivas e sexuais, ou ainda mesmo reiterando uma vinculação supostamente necessária entre relações sexuais e reprodução. Além disso, acabam por associar, em geral, a sexualidade à doença e a ameaças coletivas, em especial no que tange às experiências sexuais que não correspondem aos padrões normativos (Balieiro; Risk, 2014, p. 155).

Nesse sentido, o vídeo em apreço não diz como esses(as) adolescentes podem prevenir uma gravidez e não menciona nada sobre o que tem levado adolescentes à paternidade/maternidade precoce. O vídeo orienta que adolescentes conversem com seus pais e que procurem uma unidade de saúde

para mais informações. Obviamente, não é uma orientação equivocada, pois, idealmente, pais deveriam educar para as vivências das sexualidades de seus filhos(as), incluindo dialogar sobre gravidez nas adolescências (Stankowski et al., 2021), assim como conversar com profissionais de saúde, que, em tese, deveriam apresentar oportunidades educativas e preventivas para a promoção da saúde sexual desses(as) adolescentes (Stankowski et al., 2021).

Contudo, infelizmente, percebe-se que filhos(as) pouco dialogam sobre vivências de sexualidades com seus pais (Furlanetto; Marin; Gonçalves, 2019), assim como há um acesso deficitário de adolescentes aos serviços de saúde (Santos; Nogueira, 2009). Logo, a peça da campanha analisada mostra-se alheia à realidade, contribuindo para um discurso de saber-poder baseado na censura de informações, em que não há respaldo na literatura científica. Ao passo que deslegitima boas práticas na atenção à saúde e à educação de adolescentes, estimula a abstinência sexual, demonstrando a linha política da gestão federal daquele período: moralista-tradicional ultraconservadora e religiosa - e fortemente alienada da ciência. Além disso, perdem-se oportunidades assertivas de educar para as sexualidades e, desse modo, constroem-se adolescências menos felizes e mais doentes.

Outro importante quesito a ser pautado é de que a referida campanha pode fazer com que nem todos(as) os(as) adolescentes sintam-se representados na peça comunicacional. Isso porque, ao limitar na figura da mulher hegemônica, como a única corporalidade possível de gestar e de responsabilizar-se pela gravidez, afasta-se outras pessoas da sensação de pertencimento a esse processo. Logo, daquelas pessoas que não se vejam representadas na campanha, podem não sentir-se responsabilizadas pela tomada de decisão na prevenção da gravidez nas adolescências. E tampouco, que podem ser agentes envolvidos (ou não) com a autogestão de suas vidas sexuais e/ou reprodutivas.

Em extrato, observa-se que o vídeo analisado se mostra contra os direitos sexuais e reprodutivos das adolescências brasileiras. Tal afirmação deve-se a condição de que a peça comunicacional não assegura as vivências das sexualidades de formas livres, sem preconceitos, discriminações, desvinculadas da reprodução, com acesso às informações confiáveis e em tempo oportuno, como preconizado pelo próprio Ministério da Saúde (Brasil, 2009).

#### **4.2 Mostrando algumas iniciativas promotoras de educação para as vivências das sexualidades nas adolescências**

Quanto à educação para as sexualidades, entende-se que deve ser baseada nas evidências científicas para ser efetiva. Isso significa pensar que seja capaz de atender às reais demandas educacionais de adolescentes, dialogando sobre aquilo que eles(as) têm vontade de saber, na medida de suas capacidades de compreensão para a idade. Exemplos dessas estratégias são as abordagens que contemplam as diferenças, como a *queer*. Na abordagem *queer*, há o questionamento das “verdades” naturalizadas e críticas ao sistema cis-heteronormativo como modelo hegemônico de viver a sexualidade (Furlani, 2016).

Busca-se questionar sobre como as adolescências estão sendo subjetivadas a partir do pânico de engravidar a ponto de viver as sexualidades com medo e com fins únicos de evitar a reprodução nesse momento da vida,

assim como advoga-se para que adolescentes tenham acesso a informações corretas, para que possam construir habilidades de autogestão da sua vida sexual, sabendo como evitar uma gestação, a partir dos conhecimentos que lhes são oportunizados pelas informações baseadas em evidências. Bem como, não centralizarem as suas vidas sexuais na função única de engravidar/não engravidar.

Assim, há evidências de que quanto mais informação - claras, objetivas e científicas -, melhores poderão ser as decisões desses(as) adolescentes sobre a sua vida sexual. Aliás, a falta de acesso a informações sobre sexualidades não previne uma gravidez durante a adolescência (Mota, 2020). De modo oposto, adolescentes que engravidam na adolescência também o podem fazer pela falta de informações adequadas e em tempo oportuno sobre métodos contraceptivos, pelas violências sexuais, assim como não se pode negar que haja adolescentes que desejem ser pais e mães nesse período. Desse modo, as ações educativas também precisam considerar as pluralidades e as singularidades das adolescências, pois não há um ser único que represente todos(as) os(as) adolescentes de modo universal.

Nessa linha, Louro (2020a) sugeriu, a partir de uma teoria e uma política pós-identitária, a constituição de uma pedagogia e um currículo *queer* para acessar outras estratégias educativas mais assertivas. Nesse sentido, *queer* é entendido como “estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário” (Louro, 2020a, p. 194), significando “colocar-se contra a normalização - venha ela de onde vier” (Louro, 2020a, p. 194), questionando a heteronormatividade compulsória do tempo atual, os conhecimentos, as “verdades” e as hierarquias sociais hegemônicas (Louro, 2020a).

Para Louro (2020a), a pedagogia *queer* é capaz de provocar os modos tradicionais de se pensar e conhecer, solicitando, portanto, um currículo subversivo e instigante. Para isso, promove a desconstrução do processo de normalização e anormalização de sujeitos, que marginaliza e violenta as vivências que escapam à cis-heteronormatividade. Parte-se da ideia de suspeitar dessas “verdades”, como disseram Varela e Ribeiro (2017) ao se referirem à educação para a sexualidade.

Nesse sentido, trazer um currículo que possibilite o direito à diferença necessita ser pensado. Nesse currículo *queer*, há a “[...] possibilidade de entender que o sujeito seja provisório, circunstancial e interseccionado pelas marcas que o posicionam socialmente” (Rodrigues; Wenez; Caetano, 2020, p. 51). Com isso,

[...] é preciso destacar as possibilidades de o currículo ter uma outra forma de existência, operando com referências que nos permitam repensar uma pedagogia que inclua diversas subjetividades, inclusive pensar na potencialidade pedagógica da sexualidade como curiosidade pela experiência, compreensão dos outros sentidos/significados e nas práticas que podem configurar novos estilos curriculares (Rodrigues; Wenez; Caetano, 2020, p. 59).

Dessa forma, trazer para dentro da sala de aula oportunidades de falar sobre a vida na medida em que as sexualidades são parte importante (e fundamental) da existência humana. À vista disso,

A escola é um espaço de relações sociais e não somente um espaço cognitivo. As relações sociais referem-se ao fato de a escola ser tanto um local de encontro entre jovens quanto um local que tem relações com a mídia e outros espaços culturais. Um aspecto importante é pensar que são nesses espaços educativos, culturais e de lazer dos estudantes que transparece a posição que a juventude ocupa hoje na cultura (Silva; Soares, 2013, p. 91).

Assim, enquanto um espaço educativo, a escola pode (e deveria) potencializar as discussões de vivências de sexualidades nas adolescências a fim de construir sujeitos críticos sobre as “verdades” que cercam esses assuntos. Adolescentes capazes de suspeitar da ordem dos discursos vigentes, de suas relações de poder, que possam fazer a gestão de sua vida sexual não pelo medo, mas pelos conhecimentos e no tempo oportuno. Dessa forma, a prevenção da gravidez na adolescência deve ser abordada de modo científico, com informações, de fato, úteis para prevenir. Além disso, não se pode concordar que os aspectos relacionados à cultura e à sociedade não sejam incluídos na discussão das sexualidades nas adolescências (Balieiro; Risk, 2014).

Nesta perspectiva é salutar promover as discussões sobre diferentes aspectos educativos, relacionamentos afetivos e sexuais, direitos sexuais e reprodutivos das adolescências, responsabilidades advindas da vida sexual/reprodutiva, masculinidades e feminilidades, desejos, prazeres, conhecimentos sobre as diversas materialidades de corpos que podem gestar, e aqueles que não podem gestar, mas também podem estar implicados com as responsabilidades reprodutivas ou não reprodutivas. Enfim, pensar possibilidades diversas para as sexualidades *com/ das/ para as* adolescências que vivenciam as multiplicidades e pluralidades de ser e estar.

Afinal, o convite de Louro (2020b, p. 102) é para

[...] desconfiar do estabelecido, do pensamento muito bem arranjado e absolutamente coerente, talvez se deva suspeitar das coisas e dos sujeitos demasiadamente respeitáveis e intocáveis. Talvez se deva estranhar, sempre.

Estranhar para questionar os modos como se tem promovido a educação para viver as sexualidades, ou, ainda, como tensionado, para não viver as sexualidades nas adolescências. Tão logo, que essa educação possa viabilizar fazer perguntas para as afirmações postas como finalizadas.

## 5. Considerações finais provisórias

Como os(as) adolescentes estão sendo educados(as) para viver suas sexualidades a partir da peça comunicacional dos Ministérios da Saúde, da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos? A partir desse questionamento, buscou-se dialogar, com referenciais teóricos dos Estudos Culturais em Educação, para a análise do artefato cultural e de Educação para a Sexualidade para se pensar sobre estratégias educativas nesse campo.

Pela análise e discussão, vislumbra-se que a resposta para a pergunta supracitada seja que adolescentes estão sendo educados(as) de modo a subjetivar que as vivências das sexualidades são perigosas à vida. Nessa

abordagem, marcada pelo discurso de abstinência sexual como prevenção, notam-se as intencionalidades de tornar inacessíveis esclarecimentos sobre sexualidades. No vídeo não é explicado como prevenir, na prática, uma gravidez. Tampouco se estabelece possibilidades outras de pensar as sexualidades para além da prevenção de infecções sexualmente transmissíveis ou de gestação nas adolescências. Nesta narrativa, centraliza-se na educação de corpos cis-heteronormativos reprodutivos como únicos modos de viver, reforçando os estereótipos de gênero com a mulher como mãe e cuidadora, responsável pela prevenção à gravidez, bem como pela gestação, caso ela ocorrer. Para as masculinidades, pouca ou nenhuma atribuição, contribuindo para a manutenção dos modelos hegemônicos das sexualidades: homens que não se responsabilizam pela prevenção de gravidez e nem pelo cuidado de filhos(as).

Além disso, a campanha ignora qualquer outra possibilidade de vivência que transgrida à cis-heteronormatividade hegemônica. Isso faz com que adolescentes que vivenciam corpos, gêneros e sexualidades diferentes da cis-heteronormatividade não sintam-se como agentes contemplados pela campanha. Ou seja, a peça comunicacional em análise mostrou-se limitada por algumas das perspectivas discutidas: a) restringe às sexualidades das adolescências ao ato sexual em si; b) ignora às pluralidades de corpos, gêneros, sexualidades; c) reforça os estereótipos de gêneros; d) não contempla minimamente às informações que anunciaria, *a priori*, para prevenir gestação; e) contribui para um pânico moral diante das sexualidades nas adolescências. Em suma, não assegura os direitos sexuais e reprodutivos desse público.

As evidências científicas comprovam que ações de educação para as sexualidades devem ser realizadas com acesso a informações confiáveis e em tempo oportuno. Significa dizer que os(as) adolescentes precisam ser informados(as), de modo claro, objetivo e científico, sobre as diversas questões relacionadas às sexualidades, incluindo métodos contraceptivos. Além disso, que sejam oportunizados(as) para refletir sobre todos os demais aspectos que envolvem as sexualidades nas adolescências. Isso compreende, por exemplos, questionar sob quais condições as suas sexualidades estão sendo forçadas; como e onde buscar mais informações sobre as sexualidades; sobre conversar a respeito de direitos sexuais e reprodutivos, relacionamentos, afetos, corpos, relações de poder, violências, gêneros, prazeres, desejos, tabus, entre outros.

A partir disso, considera-se que o vídeo diz: “Se vocês querem ser felizes, não engravidem na adolescência!”. O que o vídeo não diz: como prevenir uma gestação! O que ele procura silenciar: prazeres e felicidades das vivências das sexualidades nas adolescências! Essa abordagem moral-tradicionista mostra-se ineficaz, haja vista que adolescentes têm (e podem ter) uma vida sexualmente ativa. Logo, censurar informações sobre as sexualidades é uma forma de violar os direitos e, assim, como uma das consequências, promover vivências de sexualidades desprevenidas à gestação, inclusive.

Diante desse desafio imposto pelo cenário ultraconservador brasileiro, cabe a educadores(as) para as sexualidades promover abordagens capazes de propiciar, a adolescentes, reflexões, críticas e habilidades de questionar tudo aquilo que é posto como “verdade” pelos discursos vigentes. Para isso, aposta-se na abordagem *queer* como um conjunto de estratégias educativas competentes para resistir aos reiterados retrocessos nas propostas de regular as sexualidades nas adolescências.

## Referências

AMARAL, Caroline Amaral; CASEIRA, Fabiani Figueiredo; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Artefatos culturais: pensando algumas potencialidades para discussão dos corpos, gêneros e sexualidades. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa.; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. (orgs.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a Sexualidade**. Rio Grande: FURG, 2017, p. 121-134. Disponível em:

[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/livro\\_debates\\_contemporaneos\\_educacao\\_sexualidade.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/livro_debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf). Acesso em: 11 out. 2021.

ANDRADE, Paula Deporte de. A invenção das pedagogias culturais. In: CAMOZZATO, Viviane Castro; CARVALHO, Rodrigo Saballa; ANDRADE, Paula Deporte de (org.). **Pedagogias culturais: a arte de produzir modos de ser e viver na contemporaneidade**. Curitiba: Appris, 2016, p. 19-33.

ANDRADE, Paula Deporte de; COSTA, Marisa Vorraber. Usos e possibilidades do conceito de pedagogias culturais nas pesquisas em estudos culturais em educação. **Revista Textura**, Canoas, v. 17, n. 34, p. 48-63, maio/ago. 2015.

Disponível em:

<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/1501/1140>. Acesso em: 20 dez. 2021.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo; RISK, Eduardo Name. Escola e sexualidades: uma visão crítica à normalização. In: MISKOLCI, Richard; LEITE JUNIOR, Jorge. **Diferenças na educação: outros aprendizados**. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 149-198.

BECK, Dina Quesada; GUIZZO, Bianca Salazar. Estudos culturais e estudos de gênero: proposições e entrelaces às pesquisas educacionais. **HOLOS**, Natal, v. 29, n. 4, p. 172-182, ago./set. 2013. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1597/714>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Política da Educação Fundamental. Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **#TudoTemSeuTempo - Prevenção da gravidez na adolescência**.



Brasília: Ministério da Saúde, 2020. 1 vídeo (30 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z0bnfLO0SRc>. Acesso em: 15 dez 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Brasília, 2009. 52 p. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos\\_sexuais\\_reprodutivos\\_métodos\\_anticoncepcionais.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_sexuais_reprodutivos_métodos_anticoncepcionais.pdf). Acesso em: 06 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde do escolar – 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 jan. 2022.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In.: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 105-142.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: Crocodilo Edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

DIAS, Sónia Maria Ferreira dos. **Contribuição para o conhecimento dos comportamentos sexuais nos adolescentes: promoção da saúde sexual e prevenção do VIH/SIDA**. 2005. Dissertação (Doutorado em Saúde Internacional) – Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Portugal, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/6592>. Acesso em: 11 nov. 2021.

FELIPE, Jane. Educação para a sexualidade: uma proposta de formação docente. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Salto para o futuro: educação para a igualdade de gênero**. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos\\_tematicos/salt\\_o\\_futuro\\_educacao\\_igualdade\\_genero.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/salt_o_futuro_educacao_igualdade_genero.pdf). Acesso em: 20 jan. 2022.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: saberes essenciais para quem educa**. Curitiba: CRV, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FURLANETTO, Milene Fontana; MARIN, Angela Helena; GONCALVES, Tonantzin Ribeiro. Acesso e qualidade da informação recebida sobre sexo e sexualidade na perspectiva adolescente. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 644-664, set. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/46907/31359>. Acesso em: 12 fev. 2022.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa perspectiva de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Apicuri, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 07-42.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: sexualidades no sul global**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020a, p. 187-206.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: **ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 3ªed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020b, 109p.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elia Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2020.

MAGNUS, Daniella Vieira; ACCORSI, Ana Maria Bueno. Gênero e sexualidade na publicidade: movimento analítico com base no modelo tridimensional do discurso em um anúncio de cerveja. **Revista Eletrônica Científica da UERGS**, Porto Alegre, v. 6, n. 3, p. 167-175, out. 2020. Disponível em: <https://revista.uergs.edu.br/index.php/revuergs/article/view/2762/486>. Acesso em: 19 jan. 2022.

MOTA, Beatriz. **Entrevista: Cristiane Cabral. 'Há várias formas de diminuir a gravidez na adolescência, mas nenhuma delas é deixar de fazer sexo'**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2020. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/ha-varias-formas-de-diminuir-a-gravidez-na-adolescencia-mas-nenhuma-delas-e>. Acesso em: 02 fev. 2022.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo: feminismos plurais**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NELSON, Cary; TREICHLER, Paula A.; GROSSBERG, Lawrence. Estudos culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Alienígenas na sala de**

**aula:** uma introdução aos estudos culturais em educação. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 7-38.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel Oliveira; LACERDA, Miriam Pires Corrêa de. Aulas da disciplina Juventudes e Educação: **a escola como território juvenil**. Porto Alegre: GEPJUVE/UFRGS, 2023.

PICCHETTI, Yara de Paula; SEFFNER, Fernando. Em gênero e sexualidade aprende-se pela repetição com diferença: cenas escolares. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 23, n. 52, p. 717-739, jun./set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/23614>. Acesso em: 18 jan. 2022.

RODRIGUES, Alexsandro; WENETZ, Ileana; CAETANO, Marcio. Currículos como narrativas e estudos queer: emergências que interrogam a educação. In: RODRIGUES, Alexsandro; CAETANO, Marcio; SOARES, Maria da Conceição Silva. **Queer(i)zando currículos e educação: narrativas do encontro**. Salvador: Devires, 2020, p. 37-61.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 31, jan. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/hqknn4NtLrGpyGQMB8p7ByB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 fev. 2022.

SANTOS, Cristiane Albuquerque C. dos; NOGUEIRA, Kátia Telles. Gravidez na adolescência: falta de informação? **Adolescência & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 48-56, abr. 2009. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/adolescenciaesaude.com/pdf/v6n1a11.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

SILVA, Benícia Oliveira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Apresentando os estudos culturais. In: HENNING, Paula Corrêa. **Cultura, ambiente e sociedade**. Rio Grande: Editora FURG, 2012, p. 33-44. Disponível em: <https://sead.furg.br/images/cadernos/pdf/caderno-6.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

SILVA, Rosimeri Aquino; SOARES, Rosângela. Juventude, escola e mídia. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 83-95.

SOARES, Aline Monge dos Santos; RIBEIRO, Maíra Pieri. Desenvolvimento da sexualidade. In: VITALLE, Maria Sylvia de Souza et al. **Medicina do adolescente: fundamentos e prática**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019, p. 69-72.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Prevenção da gravidez na adolescência**. Guia prático de atualização nº 11. Rio de Janeiro: SBP, 2019. Disponível em: [https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/Adolescencia\\_-\\_21621c-GPA\\_-\\_Prevencao\\_Gravidez\\_Adolescencia.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Adolescencia_-_21621c-GPA_-_Prevencao_Gravidez_Adolescencia.pdf). Acesso em: 12 fev. 2022.



STANKOWSKI, Sandra Suzana et al. Prevenção da gravidez e promoção da saúde de adolescentes: revisão integrativa. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 5, p. 44542-44556, maio 2021. DOI: 10.34117/bjdv.v7i5.29288

VARELA, Cristina Monteggia; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Educação para a sexualidade: a constituição de um campo conceitual. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande: FURG, 2017, p.11-24. Disponível em: [http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7097/debates\\_contemporaneos\\_educacao\\_sexualidade.pdf?sequence=1](http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7097/debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf?sequence=1). Acesso em: 13 out. 2021.

VIANNA, Claudia. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: breve histórico de lutas, danos e resistências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. Sobre a emergência e a expansão dos estudos culturais em educação no Brasil. **Educação (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 32-48, jan./abr. 2015. DOI: 10.15448/1981-2582.2015.1.20325

XAVIER FILHA, Constantina. Educação para a(s) sexualidade(s): carregar água na peneira? **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 5, n. 2, p. 16-39, jul./dez. 2017. DOI: 10.14295/de.v5i2.7865

ZDRADEK, Ana Carolina Sampaio. **Juventudes líquido-modernas: uma análise a partir dos estudos culturais em educação**. Curitiba: Appris, 2019.